

Maria Helena Santana Cruz  
Alfrancio Ferreira Dias

## ANTIFEMINISMO

### RESUMO:

Esse texto reflete sobre o Antifeminismo como objeto analítico na cultura brasileira, na tentativa de contribuir para minimizar a lacuna sobre o tema existente na produção do conhecimento. Na primeira parte, buscamos conceituar o Antifeminismo a partir de uma leitura das Ciências Humanas. Na segunda parte, discutimos sobre o movimento feminista e todo o seu processo de mobilização social para fazer um paralelo ao surgimento do Antifeminismo. Na última parte, trazemos alguns argumentos sobre o movimento Antifeminista, refletindo seu impacto na mídia brasileira. Conclui-se que precisamos refletir mais sobre o movimento Antifeminista na contemporaneidade, destacando o papel da educação como mediação no fortalecimento da consciência crítica, do respeito à diversidade, igualdade política, aos direitos das mulheres e de grupos socialmente discriminados.

**Palavras-chave:** antifeminismo; feminismo; relações de poder.

\* Pós-Doutora em Sociologia  
da Educação pela Universidade  
Federal de Sergipe.

Email: helenacruz@uol.com.br

\*Doutor em Sociologia pela  
Universidade Federal de Sergipe.

E-mail: diasalfrancio@hotmail.com.

## ANTIFEMINISM

### ABSTRACT:

This text reflects on Antifeminism as an analytical object in Brazilian culture, in an attempt to help to reduce the gap in knowledge production. In the first part we seek to conceptualize Antifeminism from a reading of Humanities. In the second part we discuss the feminist movement and all its social mobilization process for making a parallel to the appearance of Antifeminism. In the last part, we bring some arguments about the antifeminist movement, reflecting its impact on the Brazilian media. We conclude that we need to reflect more about the antifeminist movement in contemporaneity, highlighting the role of education as mediation in strengthening critical awareness, diversity, political equality, the rights of women and the socially discriminated groups.

**Keywords:** antifeminism; feminism; power relations.

## ANTIFEMINISMO

### RESUMEN:

Este texto refleja el Antifeminismo como objeto de análisis en la cultura brasileña, en un intento de contribuir a minimizar la brecha sobre el tema existente en la producción de conocimiento. En la primera parte, intentamos conceptualizar el Antifeminismo a partir de una lectura de las Humanidades. En la segunda parte, hablamos sobre el movimiento feminista y el proceso de movilización social para hacer un paralelo a la subida del Antifeminismo. En la última parte, traemos algunos argumentos sobre el movimiento antifeminista, reflejando su impacto en los medios de comunicación brasileños. Se concluye que es necesario reflexionar más sobre el movimiento Antifeminista en la contemporaneidad, destacando el papel de la educación como mediación en el fortalecimiento de la conciencia crítica, del respeto a la diversidad, igualdad política, a los derechos de las mujeres y de grupos socialmente discriminados.

**Palabras claves:** antifeminismo; feminismo; relaciones de poder.

## INTRODUÇÃO

Quem confia nos dicionários (e desconfia do que ali não está) talvez tenha resistências em iniciar este diálogo com o tema relativo ao **Antifeminismo**, aqui problematizado como **objeto** e traçado analítico. A abordagem desta temática não constitui uma tarefa que se pretende de certa maneira inovadora, particularmente nas áreas, particularmente na da educação, isto porque ainda existe uma lacuna na produção do conhecimento em relação a estes assuntos. Quando optamos por utilizar o termo lacuna, não nos referimos a um completo vazio, porém, fazemos referência a abordagens que necessariamente não seguem o caminho que será percorrido ao longo do texto.

O antifeminismo em suas diversas manifestações é compreendido em suas diversas dimensões, como um retrocesso no processo de modernização da sociedade, expressão de fisionomia da tradição, ou expressão de preconceito, relacionada à problemática do “lugar” da mulher como parte de grupos socialmente discriminados na sociedade brasileira. Conforme Giddens (1999), as tradições têm de explicar-se, têm de tornar-se abertas à interrogação ou ao discurso. No contexto de uma ordem cosmopolita e globalizadora, as tradições são constantemente colocadas em contato umas com as outras e forçadas a ‘se declararem’. A tradição é portadora de uma memória, de um código de sentido e geradora de uma continuidade, tem o papel fundamental de atualizar o passado no presente, de restituir, no ‘mundo vivido’ de um grupo humano ou de uma sociedade, a memória viva de uma fundação que a faz existir no presente (GIDDENS, 2001). Com a perda de referência do código de sentido garantido pela tradição, inúmeras pessoas passam a viver uma situação de incerteza estrutural. Cria-se uma condição de incerteza permanente com respeito ao que se deveria crer e ao modo como se deveria viver; mas a mente humana abomina a incerteza, sobretudo no que diz respeito a vários aspectos da vida.

Nessa linha de reflexão, o ‘antifeminismo’ significa para nós um tipo de ameaça dos fundamentalismos, um fenômeno marcadamente moderno, expressão de uma reação às influências da globalização e do plu-

ralismo. Os “Fundamentalistas afirmam: só há um modo de vida válido, e os demais têm de sair da frente” (GIDDENS, 2004, p. 8), expressando um sentimento de insegurança e de resposta caracterizada como uma redução cognitiva defensiva ou ofensiva. Diante do risco dissolvente da dúvida, reage-se com a afirmação ortodoxa. Todo fundamentalismo vem circundado de uma potencialidade de autoritarismo e de violência, mediante o fortalecimento do preconceito, uma vez que este pode se constituir em uma fonte de violência (GIDDENS, 2005). Conforme Lourdes Bandeira:

A construção do preconceito e a visibilidade das discriminações, mostram-se duplamente associadas à condição de emergência das diferenças: seja pela afirmação e manipulação da condição da diferença, seja por sua insistente negação ou dissimulação” (BANDEIRA, 2002, p.119).

Em ambos os casos, o não-reconhecimento das diferenças ou a falta de respeito a elas se fazem presentes no antifeminismo, criando novos padrões de violência e recusa explícita à comunicação ou a qualquer potenciamento dialogal. Tudo isso evidencia a centralidade atual da questão do preconceito discriminativo, sobretudo porque qualquer iniciativa de reflexão contribuirá para tentar superar um dos problemas mais importantes que o século XX deixa de herança, qual seja, o da violência, que funda e fecunda cada vez mais as relações sociais da diferença.

Conforme Rouanet (2001), a identidade fundamentalista é uma identidade ameaçada, amedrontada, cheia de incertezas e, por isso, uma identidade que reage agressivamente. É uma identidade que não tem consciência de si mesma, mas se define pela delimitação ou negação de inimigos reais ou supostos. No mundo cosmopolita e plural torna-se muito difícil a preservação de identidades isoladas e estanques. Inevitavelmente ocorre o contato e a relação de umas pessoas com outras, a percepção da diversidade plural, de formas de pensamento e ação e o imperativo da reflexividade. O conceito de reflexividade é de grande importância na obra de Anthony Giddens. Para ele, “a reflexividade da

vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p. 45).

Com a mudança do papel da tradição, uma nova dinâmica social vem introduzida, e com ela, a exigência de um modo de vida mais aberto e reflexivo. Para Anthony Giddens, “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”.(GIDDENS, 1991, p. 45). As mudanças em curso na conscientização da sociedade traduzem-se na produção de conceitos e teorias tendentes a interpretações dessas realidades, preparando o caminho tortuoso de sua superação. A intensidade das novas demandas colocaram à prova a intolerância reinante e estimulam nossa diversidade criadora.

## **ENTENDENDO O FEMINISMO E ANTIFEMINISMO**

Trabalhar conceitos como antifeminismo, demanda em primeiro lugar clarificar o seu oposto, o conceito de feminismo. Requer cuidados extras, pois o campo científico ao qual nos inserimos é, sobretudo, um campo movediço, e passível de interpretações errôneas. O termo “feminismo”, embora seja largamente utilizado como se seu significado fosse auto-evidente, está longe de ser unívoco, pois varia consoante os contextos históricos e os emissores dos discursos – a palavra adquire múltiplas significações. Nas palavras de Alves e Pitanguy (1981, p.7), “torna-se difícil traduzir todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto de chegada. Como todo processo de transformação, encerra contradições, avanços, recuos”. Nesse plano, a dimensão política compreende a inter-relação entre o bem-estar e as condições econômicas, sociais e culturais que possibilitam às mulheres disporem integral e livremente da sua capacidade de agenciamento. A condição de agente se realiza pelo respeito e fortalecimento das mulheres.

O movimento feminista contemporâneo, reflexo das transformações do feminismo original-predominantemente intelectual, branco e de classe média - configura-se como um discurso múltiplo e de variadas tendências, embora com bases comuns. Envolve diversos movimentos, teorias e filosofias, advogando pela igualdade entre homens e mulheres, além de envolver a campanha pelos direitos das mulheres e seus interesses. Há quem defina “feminismo” como um conjunto heterogêneo e frequentemente não convergente de teorias e práticas centradas no problema da “subordinação” das mulheres e das condições e meios específicos para suprimir esse problema.

O feminismo é uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes (FRAISSE, 1995; LOURO, 1999; SCOTT, 1986). As feministas denunciam que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina, negligenciada e desvalorizada. Elas demonstraram, ainda, que o poder foi e ainda é – predominantemente masculino, e seu objetivo original foi a dominação das mulheres, especialmente de seus corpos (BUTLER, 2003; PATEMAN, 1993). Destacam que a opressão de gênero, de etnia e de classe social perpassa as mais variadas sociedades ao longo dos tempos, sustentada em práticas discriminatórias, tais como o racismo, o classismo, a exclusão de grupos de homossexuais e de outros grupos minoritários.

Para os propósitos do presente trabalho, o feminismo é entendido como uma posição política que parte do reconhecimento da hierarquia social entre homens e mulheres, que a considera historicamente determinada e injusta, e busca eliminá-la. De acordo com Sílvia Yannoulas (2001, p.70), “feminismos” referem-se aos movimentos ou conjuntos de pensamento que defendem a igualdade de direitos entre os homens e as mulheres. Ocorre o questionamento do papel das mulheres na sociedade, para se obter os mesmos direitos que os homens já têm desde o início do século XIX. Historicamente, as mulheres foram consideradas juridicamente incapazes e subordinadas aos homens. Nesse sentido, é necessário que haja uma mudança

jurídica que proporcione a igualdade de gênero. Porém, os posicionamentos ideológicos dos grupos feministas variam, produzindo resultados diferentes em relação aos direitos das mulheres. Assim, os estudos sobre as vidas femininas — formas de trabalho, corpo, prazer, afetos, escolarização, oportunidades de expressão e de manifestação artística, profissional e política, modos de inserção na economia e no campo jurídico e, mais recentemente, os estudos sobre masculinidades — aos poucos vão exigir mais do que descrições minuciosas e passarão a ensaiar explicações.

Cabe lembrar, quando se fala de feminismo de que nem todo movimento de mulheres é feminista. Elas podem se associar para lutar por uma causa em comum que nada tem a ver com mulheres, ou que não interfira nos direitos das mulheres. Por exemplo, as mulheres que lutam contra a carestia/inflação (como as fiscais do Sarney na década de 1980) não estão lutando pelos direitos das mulheres. Poderiam questionar por que a responsabilidade por alimentar a família é somente da mulher, mas não o fizeram: sua luta é por uma mudança que interfere em seu cotidiano, sem questionar seu papel na sociedade.

Feministas e acadêmicos dividiram a história do movimento em três “ondas”. Cada uma é descrita como preocupada com diferentes aspectos dos mesmos temas feministas. A primeira onda, que teria ocorrido no século XIX e início do século XX, se refere principalmente ao sufrágio feminino, movimentos do século XIX e início do XX preocupados principalmente com o direito da mulher ao voto. Simone de Beauvoir (1990) representa a “primeira onda” do feminismo, pois coube a ela forjar o conceito de gênero quando disse “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. A ideia, sintetizada na célebre frase, indica que desde o início as feministas estiveram inclinadas a pensar o feminino como construção cultural e não determinação biológica. Se isso é verdade, o binômio natureza/cultura logo apresentou um vencedor: a cultura. Dessa forma, o desafio era retirar a mulher da natureza já que as polaridades sempre consideravam o arranjo original. Donna Haraway (2004) afirma que por trás desse binômio estaria o discurso de apropriação da natureza, pela cultura e, logo, daqueles que vivem nas fronteiras do

binarismo. De fato, as próprias teorias sobre a subordinação da mulher, muitas vezes, apontam para o domínio do macho através do trabalho (ENGELS, 1984). O gênero “mulher” está sujeito às relações desiguais de distribuição econômica e política. Como disse Guacira Lopes Louro (1999, p. 37), “Os estudos feministas estiveram sempre centralmente preocupados com as relações de poder”.

Dada a sua característica transformadora, o feminismo pode ser interpretado a partir de três dimensões, quais sejam: a *política*, a *crítica* e a *da práxis-orientada*. Cada uma baseada em pressupostos de intervenção social: a política, como um movimento para melhorar as condições e as chances de vida das mulheres; a crítica, no questionamento intelectual às formas dominantes de conhecimento; e a da práxis-orientada concretizada em ações que alteram as relações de poder (WEINER, 1994). Emanam daí muitas das interpretações desenvolvidas pelas feministas para definir e intervir nas ações políticas, sociais e institucionais.

No século XIX, o contra-ataque antifeminista manifestou-se em várias frentes e uma destas foi a da educação. Com base em alegadas diferenças biológicas profundas entre homens e mulheres começou por se defender a tese de que as mulheres não eram educáveis, no sentido de se lhes ministrarem formação intelectual equivalente à dos homens, por que elas eram seres intelectualmente inferiores. Portanto, a sua falta de capacidade aconselhava que não perdessem tempo com tal tarefa. Com o correr dos tempos, o argumento da suposta incapacidade intelectual das mulheres mostrou-se insustentável e então recorreu-se a outro tipo de abordagem. Já não se colocava em causa que as mulheres pudessem ser educadas, mas debatia-se se elas deveriam ser educadas e concluía-se pela negativa.

Ao constatarem que as mulheres educadas tendiam a casar mais tarde e a ter um menor número de filhos, os médicos relacionavam a educação das mulheres com pretensos danos na sua capacidade reprodutiva e aduziam uma explicação «científica»: o estudo desviava energia dos ovários para o cérebro e em última instância acabaria por tornar as mulheres estéreis. Nesse sentido, quando os argumentos «científicos» se mostravam menos convincentes, havia sem-

pre o argumento moral que os ministros das diversas denominações religiosas esgrimiam: o conhecimento, tal como o fruto proibido por deus no paraíso, abria o mundo às mulheres mas fechava-lhes o céu; o conhecimento acarretava a degradação moral das mulheres; que o mesmo pudesse acontecer com os homens, era piedosamente ignorado. O fato de os homens com formação acadêmica também tenderem a casar mais tarde e terem menor número de filhos não parecia perturbar o argumento; tampouco os incomodava o fato de algumas pessoas. O que acontecia era que mulheres educadas decidiam ter menos filhos.

De qualquer modo, o objetivo era sempre o de desencorajar as mulheres a cultivarem a sua mente, a adquirirem conhecimentos sobre o mundo e a vida e a procurarem a sua afirmação e realização pessoal, continuando a remetê-las para a esfera privada da família e para os papéis exclusivos de esposa e mãe. Ainda hoje, apesar de todos os avanços, a velha nostalgia do regresso ao lar e a estratégia de tornar a mulher bode expiatório de todos os desajustamentos sociais continua a funcionar, muitas vezes com sucesso.

A segunda onda (década de 60-80 a mais famosa) lidava com a desigualdade das leis, bem como as desigualdades culturais, e com o papel da mulher na sociedade. Se refere às ideias e ações associadas com os movimentos de liberação feminina, que lutavam pela igualdade legal e social para as mulheres. As feministas da “segunda onda” detectam uma abordagem muito pequeno-burguesa nos estudos de gênero e passaram a reivindicar uma legislação específica que atendesse aos interesses das mulheres de todas as classes sociais (com creches, atendimento médico adequado, política de aborto etc.). Na visão dessas feministas o Estado poderia ser o motor das melhorias.

A terceira onda, que teve início na década de 1980 a 1990, e vem até os dias atuais, seria uma continuação – e, segundo alguns autores, uma reação às suas falhas. Concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Desloca o estudo sobre os sexos e sobre as mulheres para o estudo das relações de gênero. Nessa fase do feminismo, o desafio concentra-se em pensar a igualdade e a diferença simultaneamente na

constituição das subjetividades feminina e masculina. Alguns dizem ser esta fase pós-feministas (mas que autoras (como Judith Butler, 2003) dizem que não, que são sim feministas). Considera-se que o sexo/sexualidade e, principalmente, a heteronormatividade, pautam-se na finalidade reprodutiva da sexualidade, já que o gênero também é produto social. Há dois elementos importantes nesta última perspectiva que precisam ser separados um do outro.

Por um lado, está a infinita possibilidade de transformação social do corpo (dispositivos e tecnologias corpóreas, tais como piercing, silicone, tatuagem, travestimento, entram em jogo para questionar a ordem binária que exclui os corpos abjetos), por outro está o reconhecimento de que o corpo não é uma matéria amorfa a espera de sua transformação, mas ele também guarda uma configuração específica que resiste a sua transformação, mas que não existe per se, mas sim esse corpo foi constituído performaticamente ao longo de uma série de ações repetidas. Nessa fase do feminismo percebe-se um encontro entre o feminismo caracterizado como movimento de luta das mulheres e o feminismo acadêmico, a partir do momento em que surgem nas universidades centros de estudos sobre a mulher, gênero e feminismo. Assim, por toda parte, resguardadas as especificidades e diferentes desdobramentos desse processo no tempo e espaços mundiais, regionais, vai se dando, nas universidades, o agrupamento e integração de pesquisadoras – que em maioria já trabalhavam o tema Mulher mais ou menos isoladamente – em núcleos de estudos e pesquisas (COSTA e SARDENBERG, 1994). Assim, desde a retomada do projeto feminista em meados dos anos 60, cresce, por toda a parte e com destacado vigor, o interesse em estudos e pesquisas sobre mulheres e relações de gênero, dando margem ao surgimento de um campo de reflexão específico que atravessa diferentes ciências e tradições disciplinares.

Desde a década de 1980, o movimento feminista tem se aproximado de causas sociais relacionadas a outros grupos e minorias, relacionando-se com movimentos pelos direitos dos gays, dos negros e de outras minorias. Há, desde então, uma clara relação, especialmente com os movimentos que lutam contra a homo-

fobia, em especial, o que se deve também ao fato de muitas lideranças serem lésbicas que sofreram algum tipo de preconceito, não só por ser mulher, mas também por sua orientação sexual. Há hoje em dia, inclusive, um movimento chamado de pós-feminismo, que não é propriamente dito, um movimento antifeminista, porém é um movimento que critica especialmente as atitudes da chamada terceira “onda” feminista.

O cenário do século XX e início do século XXI favoreceu a emergência de diversos tipos de manifestações políticas e registrou conjunturas traumáticas, como as originadas em mobilizações pró-autoritárias (nazismo, fascismo), até as de caráter libertário, geradas por movimentos em defesa da paz, do meio-ambiente, dos direitos humanos e da cidadania. Nessa perspectiva, a cidadania como um princípio de direito jurídico-social dado por certo é uma ficção. Refere-se, antes, a sujeitos englobados no Estado-Nação. Os intitulamentos da cidadania têm sido conquistados tão-somente por meio de lutas e contestação. Gênero, raça, etnia, identidade sexual são vetores necessários da cidadania social e política. Os embates e demandas de grupos específicos revelam que a cidadania é um repositório de interesses divergentes que desfazem sua pretensão universalista. Esse mesmo cenário foi palco de mudanças profundas e aceleradas na condição feminina. Com a intensificação dos processos libertários (RAGO, 2002).

Como sustenta Manuel Castells (2000, p.170), o feminismo constitui uma das mais importantes revoluções, porque remete às raízes da sociedade. “nas últimas décadas do segundo milênio observa-se um processo de conscientização de diferente intensidade, dependendo da cultura e do país, porém de rápida difusão e de caráter irreversível: uma insurreição maciça e global das mulheres contra sua opressão.” Se a avaliação de Castells refere-se ao contexto mundial, em relação à América Latina tem-se argumentado que o século vinte marca o início de uma revolução silenciosa, um processo de emancipação pacífico, porém profundo, a dignificação da mulher, a defesa dos direitos da mulher, que causou um impacto a mais na América Latina com o desenvolvimento da mulher e a equidade de gênero.

## OS MOVIMENTOS ANTIFEMINISTAS

Os homens, durante muitos séculos, gozaram dos benefícios e de uma cultura patriarcal, colocando-os em um lugar privilegiado em relação ao poder. Afinal, ao cabo, eles sentem medo de perder o poder e o papel de machos dominantes. Neste sentido, o patriarcado pode ser definido como um sistema sexual de poder no qual o homens possuem poder e privilégio econômico e controle sobre o corpo das mulheres através de diversas manifestações (CRUZ, 2005).

Na luta contra a exclusão social, as mulheres se dirigiam da esfera privada ao espaço público para nele atuarem como sujeitos e agentes das transformações econômicas, políticas e socioculturais em diferentes sociedades. Tais avanços, contudo, ainda são contidos por várias formas de discriminação que dificultam a promoção da igualdade entre os gêneros e o fortalecimento da cidadania feminina. Independe disso, é inquestionável o fato de o século XX ser identificado como o século das mulheres. Compreende-se que as formas de oposição nem sempre se manifestam de forma mais direta e frontal, a ponto de negar o direito à igualdade, mas que há um discurso sutil, que tenta desmoralizar o movimento feminista, classificando suas protagonistas como puritanas ou moralistas. Essas dificuldades revelam uma indisposição para repensar, do ponto de vista histórico e social, a estrutura e as relações de dominação que definem o modo de organização e funcionamento de uma sociedade, sobretudo a brasileira, e mais uma certa fixação com a preservação de uma auto-imagem tradicional e conservadora que se alimenta da ideologia dominante.

Apesar das conquistas femininas desde a década de 60, persiste um discurso contra o feminismo. As Refutações ao feminismo sinalizam que as raízes do patriarcado está vivo na sociedade brasileira, revelam um descompasso da cultura letrada mediante a ideologia do antifeminismo, entre nós, enraizado como uma idéia muito própria do lugar, na medida em que foi se consolidando no curso do próprio desenho do desenvolvimento econômico e da organização social brasileira. Esse processo emerge em decorrência das relações materiais de produção e da consolidação de

um pensamento patriarcal e senhorial que ancorou um sistema social de relações de poder em que formas de misoginia e de racismo foram instrumentais na materialização dos interesses de classe da elite dominante.

No Brasil, pode-se afirmar que a oposição à luta das mulheres e ao feminismo se alimentou e ganhou força justamente através da retórica da família – da grande e harmoniosa família miscigenada cristã brasileira, na visão idealizada de Gilberto Freyre(1987), em seu clássico *Casa-Grande & Senzala* –, uma retórica que, amparada pelo Estado e pela Igreja desde o passado, vem jogando para baixo do tapete toda a tragédia decorrente do autoritarismo, da violência, da luxúria e da bastardia que marca nossa história. É sintomático que a literatura daquela época tenha adquirido o status representativo de literatura nacional através do aval de historiadores e de críticos literários, se abstendo de contar essas histórias ou, pelo menos, silencie sobre a real dimensão dos infortúnios da brasilidade.

Na contemporaneidade, emergem diferentes expressões do antifeminismo, com base em críticas, de intolerância as diferenças e desigualdades sociais, articulados com outros “marcadores sociais” que procuram restringir as reivindicações feministas com relação a ampliação dos direitos de grupos socialmente vulneráveis como: mulheres, negros, homossexuais, militantes contra o aborto ou contra prostituição entre outros.

Há os movimentos antifeministas, que procuram restringir os direitos das mulheres, como é o caso das militantes contra o aborto ou contra a prostituição. Também é o caso dos grupos que defendem que as mulheres têm o direito de votar, mas que não devem se candidatar porque o seu papel na sociedade é ser mãe e rainha do lar – e qualquer atuação política significaria a negação de sua feminilidade. É bastante comum que esses movimentos, predominantemente vinculados a setores de direita, se intitulem feministas (porque falam de direitos das mulheres) ou neofeministas (porque pregam um “feminismo” de retorno aos papéis tradicionais). Mas são movimentos antifeministas porque não respeitam a vontade das mulheres, procurando cercear seus direitos e sua liberdade de escolher o que é melhor para suas vidas.

Com a introdução de novas tecnologias interativas, ocorrem importantes “mediações”, como por

exemplo, o uso de *sites, blogs e outras redes sociais* que podem também atuar na disseminação da intolerância a diversidade. Nota-se que, ao mesmo tempo em que a cultura digital possibilitou acesso e troca de informações, também acaba por disseminar a intolerância à igualdade de gênero.

Opiniões e agressões são disparadas com a mulher uma velocidade que em nem sempre podemos acompanhar, a partir da utilização da cultura de massa passamos a observar um avanço na escolarização de outros homens e outras mulheres, bem como de jovens da cultura da violência, da homofobia, direitos civis, e da antifeminista, questionando o lugar e atuação política das mulheres hoje. Para exemplificar nosso argumento, realizamos uma pesquisa em site de busca certa e encontramos dezenas de sites e blogs com perspectiva antifeminista. Dessas dezenas pode-se citar o Antifeminismo, pois em nossa visão se destaca, na disseminação de intolerância as mulheres e ao movimento feminista.

O blog Antifeminismo tem como missão “combater e varrer da face da Terra e do Universo a ideologia do Feminismo. Para tanto, nossa atuação está voltada em desmascarar as mentiras do movimento feminista e combater todas as propostas que visam aumentar o poder do feminismo”. Como se percebe que o discurso dos seus autores é pautado no pensamento antifeminista, todas suas ações são de enfrentamento aos argumentos do movimento feminista, principalmente a igualdade de gênero. Questiona-se as conquistas das mulheres feministas na modernidade, ou mesmo, o processo de “estrago” que elas estão fazendo com outras mulheres. A expectativa do blog é lutar para banir o pensamento feminista, para que se possa ter novamente a mulher ideal (passiva, obediente, amorosa, cuidadosa) criada pelo patriarcado. Essa luta segundo os argumentos de seus autores, é para contribuir para uma geração de mulheres mais passivas. Como principais desafios, pretende fazer conexão com outros movimentos, como os religiosos, bem como desmascarar os “verdadeiros objetivos nefastos do feminismo, tais como a legalização da pedofilia, do aborto, do infanticídio e do homossexualismo, contra toda moral e bons costumes”, como está exposto em algumas das matérias postadas na página: “*Como definir a marcha*

das vadias, feministas, os seus protestos e a sua luta “pela liberdade”; *Ficar em forma ou engordar? A luta feminista a favor da obesidade maquiada como “direito de escolha”*; *O que as líderes feministas pensam sobre sexo, casamento e sobre o homem?*; *Caso de gênero e ditadura feminista I: generalizando pelas minorias*; *Erin Pizzey: mulher, trabalhadora humanitária e ameaçada de morte pelas feministas*; *Sexo e o perigo do relativismo cultural moderno: o desejo feminista de ser um cafajeste de péssimos valores*; *Entre mulheres: A guerra das feministas contra a depilação feminina*. Nessa perspectiva, as ações do blog são pautadas na intolerância a diferença, principalmente, ao controle do corpo. As matérias são de cunho sensacionalista, que apenas contribuem para a intensificação do ódio, do preconceito e da expressão da violência contra a mulher, destacando a necessidade de enfraquecer o movimento feminista na contemporaneidade para um possível processo de retrocesso ao silenciamento feminino. A partir de argumentos tradicionalistas, as matérias propõem um era de incerteza causada pelas feministas, não mais de reivindicações de direitos, mas sim de banalização da moral.

Embora existam sites que destacam ou incentivam o Antifeminismo, a mídia também tem contribuído muito com as pautas dos movimentos minoritários. *Da mesma forma*, ocorre o crescimento, inserção de novas pautas na mídia referentes a diversas questões, entre as quais aquelas relacionadas à violência de gênero, homofobia, direitos dos homossexuais, indicando não apenas uma mudança na postura assumida pela mídia, cedendo maior espaço para as novas temáticas, mas um embate social, referente às questões antes tratada no espaço privado. Contudo, no momento em que a mídia oferece espaço para que essas discussões argumentativas aconteçam, ela pode contribuir para a constituição de um importante espaço democrático de debate. Isto porque a mídia cede maior espaço para a inclusão de novas temáticas e pautas, referentes a diversas questões, entre as quais aquelas relacionadas à violência de gênero, homofobia, direitos dos homossexuais, mas que existe ainda um embate social. Neste sentido, observa-se não apenas uma mudança na postura assumida pela mídia, referente às questões consideradas tabus e antes tratadas apenas no espaço privado.

## PARA CONCLUIR

Vivemos hoje no começo do século XXI, num mundo intensamente inquietante, inundado pela mudança, marcado por graves conflitos, tensões e divisões sociais. Ao mesmo tempo, é um mundo repleto de maiores promessas para o futuro. Temos mais possibilidades de controlar melhor os nossos destinos e de dar um outro rumo às nossas vidas do que era inimaginável pelas gerações anteriores.

Longe de esgotar o assunto, o presente trabalho apenas se interessa pelo resgate de algumas categorias, fortemente criticadas pelas principais teóricas feministas. Cremos que os recortes operados pelo antifeminismo (e alguns outros movimentos recentes) nos obrigam a refletir sobre novos rumos no processo de mudança na sociedade. Neste ponto, destacamos a importância da educação como mediação no fortalecimento da consciência crítica, do respeito à diversidade, igualdade política, aos direitos das mulheres e de grupos socialmente discriminados.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BANDEIRA, Lourdes Batista; SORIA, Anália. *Preconceito e discriminação como expressões de violência*. Rev. Estud. Fem [online]. 2002, vol.10, n.1, pp. 119-141.

BEAUVOIR, SIMONE. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1990.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 2ª ed. Trad. Klaus B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. *Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universida-*

des brasileiras. *Revista de Estudos Feministas*, Número Especial, 1994.

CRUZ, Maria Helena Santana. *Trabalho, Gênero, Cidadania: Tradição e Modernidade*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju, 2005.

ENGELS, Friedrich. *Origem da Família e da Propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Centauro Editora, 1984.

FRAISSE, Genoveve. Entre igualdade e liberdade. *Estudos Feministas*, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987

GIDDENS, Anthony. Caderno “Mais!”. O cisma do Ocidente. In: *Folha de São Paulo*, Domingo 7/3, 2004.

----- *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1999

----- *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp, 1995.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: A política sexual de uma palavra. Campinas: *Cadernos Pagu*, n. 22, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>

LOPES, Louro, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio: Paz e Terra, 1993.

RAGO, Margareth. Luce Fabri, o anarquismo e as mulheres. *Revista do Programa de Pós-Gaduação em História da UnB*, 2002.

ROUANET, Sérgio Paulo. Os três fundamentalismos. *Folha de São Paulo* – Caderno Mais, 21 de outubro de 2001, p. 13.

SCOTT, Joan. W. Gender: A useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, 1986.

YANNOULAS, Sílvia C. Notas para a integração do enfoque de gênero na educação profissional. In: VOGEL, Arno (Org.). *Trabalhando com a diversidade no Planfor: raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais*. São Paulo/Brasília: Ed. UNESP/FLACSO do Brasil, 2001.

WEINER, Gaby. *Feminism in education: an introduction*. Philadelphia: Open University Press, 1994. <http://www.antifeminismo.com.br/>. Acesso em 28/11/2014.

## OS AUTORES

**Maria Helena Santana Cruz** Pós-Doutora em Sociologia da Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Coordenadora do Grupo de Pesquisa: “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero”, Professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Serviço Social da UFS. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS); email: [helenacruz@uol.com.br](mailto:helenacruz@uol.com.br)

**Alfrancio Ferreira Dias** Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da UFS. Pesquisador do Grupo de Pesquisa: “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero” e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS). E-mail: [diasalfrancio@hotmail.com](mailto:diasalfrancio@hotmail.com).